



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

O TRABALHO NA CONCEPÇÃO MARXIANA E A QUESTÃO SOCIAL: DIÁLOGOS E ARTICULAÇÕES PARA PENSAR OS DESAFIOS IMPOSTOS PELO CAPITAL ÀS ECONOMIAS DEPENDENTES

Luciana Amaral Praxedes¹
Roberta Sperandio Traspadini²

Resumo: Com base na obra de Karl Marx, propõe-se o resgate da centralidade do trabalho na vida do ser social e sua relação com o Serviço Social, a partir da análise da exploração da força de trabalho e da superexploração no caráter de dependência na América Latina, além da compreensão da questão social tendo em vista os impactos da formação socioeconômica da América Latina na dinâmica de produção-reprodução do capital.

Palavras-chave: Trabalho; Questão Social; Serviço Social; Karl Marx.

Abstract: Based on the work of Karl Marx, it is proposed the rescue of the centrality of work in the life of the social being, as well as its relation with the Social Work, from the analysis of the workforce exploitation and the over-exploitation developed by the character of dependency in Latin America. It also seeks the understanding of the social matter in view of the results of the socioeconomic formation of Latin America in the general dynamics of production and reproduction of capital.

Keywords: Work; Social Matter; Social Work; Karl Marx.

INTRODUÇÃO

Pensar a categoria trabalho, especialmente em tempos de tantas perdas para a classe

trabalhadora e de intensificação da exploração do humano pelo humano e sobre a natureza como mercadoria não esgotável, é tanto urgente quanto desafiador. Necessário, também, é esclarecer a partir de qual perspectiva compreende-se, aqui, tal categoria e seus inúmeros desdobramentos, diferenciando as mais diversas e possíveis aproximações. Dedicam-se aos estudos sobre o trabalho os psicólogos, fisioterapeutas, cientistas sociais, historiadores, geógrafos, assistentes sociais, economistas e tantos outros profissionais e pesquisadores que compreendem que o trabalho perpassa a vida humana em todas as suas dimensões. Contudo, a variedade teórica das abordagens costuma distanciar as análises e, por vezes, contrapor a extensão e o aprofundamento necessários ao reconhecimento do quão estrutural é o trabalho para a formação do ser.

¹ Professor com formação em outras áreas. Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: lupraxedes12@gmail.com.

² Professor com formação em outras áreas. Universidade Federal Fluminense. E-mail: lupraxedes12@gmail.com.

De imediato, recorta-se a teoria marxiana como referencial para pensar a categoria trabalho – e tudo o que isso representa –, com destaque para a indicação de seu papel fundante para o ser social, em especial quando outras categorias avançam na disputa da centralidade na vida cotidiana. Para Marx e o marxismo, o trabalho é o que dá sentido à vida, à ontologia, à relação do humano com a natureza. E o trabalho alienado é o que transforma o sentido ontológico em mercantil, exteriorizando o sujeito de suas necessidades, seus meios e de si mesmo. Nos termos de Marx:

antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como um de suas forças. (MARX, 2011, p. 211).

Nesse sentido, a ação de transformar o mundo transformando-se gerou, nessa espécie em particular, uma atividade ontocriativa capaz de produzir diversos processos de produção material de vida. O capitalismo é apenas um entre outros tantos modos de produção. Mas um particular que tem transformado os seres e o meio em coisas a partir de sua única intencionalidade real: a acumulação de capital ancorada na produção de valor a partir da extração das mais-valias.

Distanciando-se da centralidade do trabalho, há intelectuais quem defendem que a cultura, a linguagem ou o próprio conhecimento são medulares na constituição daquele ser que, como descreve Lukács, realizou um salto, com o biológico dando lugar ao social. Entretanto, tais categorias são, reconhecidamente, derivadas de uma realidade já estruturada no trabalho e nas relações sociais desenvolvidas a partir daí: “[o trabalho] é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2011, p. 218).

Em Lukács encontra-se, também, o esclarecimento a respeito de tal questão:

Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da sociabilidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. (...) Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 2013, p. 43/44)

O trabalho representa, portanto, a relação que o ser humano, como ser social, estabelece com a natureza (entendida, também, como a realidade que o cerca), transformando-a de acordo com seus desejos e necessidades, e sendo também transformado por ela. Este ser volta, então, para essa natureza para, novamente, inaugurar contínuos ciclos de transformação. Uma nova prática, apresentando-se a novos marcos de ideação reflexivos, instauradores de novos processos. Esse ciclo é contínuo e renovado. Ação-teoria-ação, a partir do caráter de dialeticidade existente entre o pensar-agir.

A partir da relação entre o sujeito e sua realidade, “os objetos e as forças da natureza são convertidos em meios e objetos de trabalho. Estes são, portanto, produtos do trabalho humano, são objetos humanizados, ocorrendo, assim, a humanização de toda a natureza” (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 132).

São inúmeras as passagens em que Marx reforça a essencialidade do trabalho, a exemplo da reflexão acerca da transformação já indicada – “Durante o processo de trabalho, o trabalho se transmuta de ação em ser, de movimento em produto concreto” (MARX, 2011, p. 223) – ou mesmo na abordagem de como o trabalho foi sofrendo as mais diversas modificações ao longo do tempo: “quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho” (MARX, 2011, p. 211).

E a venda dessa força de trabalho, nas condições em que historicamente tem se colocado, já representa aquilo que move o sistema econômico em pauta: a desigualdade, a exploração e a subjunção do trabalho ao capital. Isto significa dizer que há uma lei tendencial, dentro do capitalismo, de entender o trabalho alienado como o único sentido de trabalho, quando em realidade é sua versão reduzida, estranhada, subsumida. O capitalismo rebaixa a ontologia inerente ao ser social ao proibir, a partir do enraizamento jurídico-político da propriedade privada, o princípio à vida, à existência, ao fundar a terra e a força de trabalho como mercadorias.

Nesse movimento histórico complexo e contraditório de transformar a aparência – trabalho assalariado livre – na essência humana – trabalho ontológico, o modo de produção capitalista vai naturalizando os movimentos sociais e históricos fruto da produção social sobre o que se entende em cada época histórica como sobrevivência, necessidades, acesso à natureza para a condução de ditas situações. As desigualdades sociais, presentes tanto na dinâmica da divisão internacional do trabalho, como nas diferentes situações da divisão social do trabalho no interior dos países, assumem o papel tanto de consequência como de condição necessária à dinâmica do capital. Estas mesmas desigualdades estruturais,

metabólicas, têm se apresentado de maneira diferenciada a cada mudança alavancada pelo sistema produtivo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2018), da população empregada no mundo, cerca de 2 bilhões de pessoas, ou seja, 61%, estão na economia informal. No plano da economia global, o emprego e a economia informal se sobressaem em todos os continentes ditos sub ou em desenvolvimento: na África, 85%, na Ásia, quase 70%, e 53% na América Latina. Junto com o trabalho informal está a elevada carga do não acesso aos direitos sociais e a condição de sobrevivência fora dos preceitos do que se entende por dignidade humana.

O que se tem testemunhado nas últimas décadas é a correspondente intensificação de tais desigualdades à medida que se amplia a exploração das relações de trabalho. As modificações nas formas de produção registradas desde a Revolução Industrial têm direcionado, indubitavelmente, novos processos de intensificação da exploração da força de trabalho e de esgotamento da utilização da natureza que acarretam, também, outras formas de manifestação da questão social.

Tais rearticulações cumprem quatro claros objetivos: reestruturação produtiva para a retomada de ciclos de expansão do capital; aumento da taxa de lucro à custa da intensificação da extração de sobretrabalho; ampliação da produção atrelada à era dos endividamentos individuais e coletivos; e produção e apropriação do valor a partir de mecanismos desumanos de extração da mais-valia. Diante deste cenário, apresentam-se novos desafios para a classe trabalhadora e sua necessária organização com vistas à transição para uma nova forma de organização social.

Desta maneira, propõe-se um debate em que a questão social seja vista a partir da configuração das relações de trabalho registradas na atual dinâmica do capital, com o devido resgate de elementos históricos necessários à compreensão deste cenário, especialmente na América Latina. E, se de estrutura inerentemente desigual se trata, ao analisarmos o capitalismo em geral, e o capitalismo dependente latino-americano em particular, a discussão perpassa, no plano do Estado de economias periféricas, os limites das políticas sociais assentadas sob a lei tendencial à queda da taxa de lucro e as respectivas formas do capital contrarrestar dita condição. Nas palavras de Paiva e Ouriques:

[...] as políticas sociais [...] são originárias não só das transformações determinadas geneticamente no trânsito da fase concorrencial do capitalismo à fase monopolista, ocorrido na passagem do século XIX para o XX, mas, também – em estreita relação com isso – pela dinâmica das lutas políticas que se expressam nos processos de ampliação dos direitos sociais. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p.167)

É no entendimento da totalidade e sua indissociável relação com as particularidades históricas que tomamos a exploração da força de trabalho em geral, e a superexploração engendrada pelo caráter da dependência na América Latina, em particular (LUCE, 2018). A centralidade do trabalho se apresenta como ponto de conexão entre o que queremos entender com a intenção de superar a dita demarcação histórica das opressões passadas e, além de presentes, intensificadas no século XXI.

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO EM ECONOMIAS CAPITALISTAS DEPENDENTES

Ainda que o debate da questão social se apresente, no campo do pensamento crítico brasileiro e latino-americano, com extensa produção e debate no âmbito dos cursos de Serviço Social, entendemos que a mesma integra diferentes campos atrelados ao conhecimento crítico e marxista, na densidade que significa o entendimento sobre o impacto da formação social e econômica do Brasil e da América Latina na dinâmica geral de produção-reprodução do capital. Isso significa reforçar que, do período de invasão colonial à atualidade, os diversos países que compõem a América Latina passaram por violentos processos de aniquilamento da própria historicidade com vistas à produção da transição da acumulação primitiva à acumulação de capital.

No âmbito das economias capitalistas dependentes demarcadas por um processo tardio de inserção, como “nação”, no âmbito internacional a partir das independências decorridas ao longo do século XIX, entrelaçadas a diversos movimentos de transição do capitalismo concorrencial ao monopolista, a questão social se abre para diversos movimentos que a compõem. A partir do processo de industrialização, intensificou-se a tensão entre trabalho e capital no seio do modo de produção capitalista. Indissociavelmente, tem-se a configuração da classe trabalhadora como manifestação direta da realidade que começa a ser desenhada a partir daí, com seu necessário posicionamento político e combate à riqueza e à apropriação que se agigantavam, de um lado, enquanto a pobreza, de outro, deixava traços cada vez mais marcantes entre os trabalhadores.

trata-se do fenômeno do *pauperismo*. Com efeito, esta pauperização (neste caso, *absoluta*) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do *capitalismo* em seu estágio industrial-concorrencial (...). Com efeito, se não era inédita a *desigualdade* entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a *polarização* entre ricos e pobres, se era antiquíssima a *diferente* apropriação e fruição dos bens sociais, era *radicalmente nova* a dinâmica da pobreza que então se generalizava. (NETTO, 2006, p. 153)

Dentre as inúmeras contradições que integram o sistema capitalista, as relações entre capital e trabalho ilustram as atualizações tão necessárias à renovação das formas de exploração inerentes ao capital, a exemplo da atuação do capital financeiro, sempre em busca de recursos para ampliação e controle da produção e dos mais diversos mercados. Essas relações começam a ser pautadas, então, a partir das regras de uma acumulação flexível e de modificações na intensificação do trabalho e de suas relações, que passam a se manifestar de maneira diferenciada, exigindo uma compreensão mais ampla e conjuntural da questão social.

Quanto maior o nível de exploração – e, conseqüentemente, de desigualdade e pobreza –, maiores os impactos para a classe trabalhadora, sobre quem incide as expressões da questão social como registrado na atualidade. No caso da América Latina, com sua posição estruturalmente dependente na lógica da mundialização do capital, com centralidade para os mecanismos contínuos de transferência de valor, a forma ampliada como se expressa a questão social escancara não só as conseqüências da exploração do trabalho (diminuição do emprego e da renda, com aumento da pobreza), mas novas configurações da opressão a grupos que, historicamente, enfrentam as faces mais duras do sistema do capital.

Dita condição demarca que o Estado, entendido como estrutura inerente ao metabolismo social do capital ao longo de suas diferentes fases e posições hegemônicas, tenderá, na América Latina, a reproduzir, de maneira intensamente perversa, os mecanismos desiguais que o fundamentam como tal. Além disso, na condição dependente, o Estado também tenderá a cumprir funções da própria dinâmica capitalista dependente sendo o repositivo, progressivo, das perdas geradas na dinâmica geral de lei tendencial à queda da taxa de lucro. O Estado na América Latina jamais poderá cumprir a função de bem-estar social por estar condicionado ao duplo movimento que o compõe: ser parte integrante dos capitais monopolistas e seus representantes estados hegemônicos e ser, após isto, elemento constitutivo das oligarquias agrárias latino-americanas (OSÓRIO, 2016).

Após a “revolução informacional”³, com foco na informática e nas telecomunicações, as etapas do processo produtivo não estavam mais restritas a uma determinação de tempo e espaço. Isso ampliou as condições para que empresas multi e transnacionais ocupassem novos territórios em busca de custos menores para a produção e elementos facilitadores como localização geográfica e disponibilização de matéria-prima e recursos energéticos. Outro fator que passou a direcionar a escolha para implantação de novas áreas produtivas foi uma legislação trabalhista mais flexível, o que diretamente fragiliza a organização dos trabalhadores e a formalização de reivindicações.

³ Também conhecida por terceira revolução tecnológica, ainda na década de 70 do século XX.

O Consenso de Washington, em 1989, foi um passo significativo para a institucionalização de processos que, diante da então nova dinâmica do capital, norteariam as ações e decisões socioeconômicas a partir de organismos internacionais. As orientações extraídas de tal encontro apresentavam o escopo neoliberal que já prevalecia em países centrais e, agora, avançaria com encaminhamentos políticos e econômicos sobre os países periféricos. Além disso, 1989 demarca outros dois fatos consideráveis no âmbito da luta de classes na América Latina: 1) a destruição do muro de Berlim e, com isso, a conformação no imaginário coletivo do “fim do socialismo real”; 2) as primeiras eleições disputadas por duas aparentes forças antagônicas no Brasil, que, naquele contexto, se apresentavam como possibilidades de um novo que ainda não nascia frente ao velho que permanecia: Fernando Collor de Mello, de um lado, e Luz Inácio Lula da Silva, de outro. O ano de 1989 encarna a cena de um contexto histórico que narraria tragédias anunciadas para o que viria a ser a esquerda no século XXI.

No plano econômico delimitado pela macroeconomia do Consenso (coercitivo) desde Washington, a proposição era a de abdicação de garantias mínimas de proteção social, abrindo caminho para a acumulação ampliada do capital em defesa da soberania do mercado. Processo este que tornaria a América Latina ainda mais refém dos mandos e desmandos do capital financeiro monopolista hegemônico mundialmente (BATISTA, 1994). Ainda que, com base na perspectiva crítica marxista, o Estado esteja claramente a serviço do capital, a retirada da atuação estatal sobre determinados setores ou o impedimento da regulação por alguns agentes, conforme proposta do Consenso de Washington, representou a intensificação da precarização das relações de trabalho e das possibilidades de exploração no modo de produção capitalista.

Esse movimento de precarização das condições de trabalho atrelado à severidade dos ganhos privados sobre os recursos públicos potencializou ainda mais as condições históricas de dependência das economias latino-americanas. Destaque especial para os endividamentos externos e internos como mecanismo substantivo de transferência de valor das economias dependentes às economias centrais. Sobre o tema da extraordinária mudança do teor da dívida como mecanismo de dependência, Eric Toussaint (2002) traz dados expressivos sobre o tema, explicitando que a dívida se tornou um dos principais mecanismos de conformação da morte de uma possível autonomia relativa dos países dependentes no âmbito das mudanças imperialistas.

Com apenas dois exemplos pontuais de como tem caminhado a reestruturação do processo produtivo, já é possível ilustrar os desafios impostos à classe trabalhadora dentro do que o húngaro István Mészáros chama de sistema sociometabólico do capital. Este sistema é

composto, segundo o autor, por Estado, capital e trabalho assalariado. Tal estrutura controla todas as esferas da sociedade e representa não somente uma articulação de organização, mas também de dominação do metabolismo social. O Estado moderno, tão fundamental para mediar as relações entre os demais elementos, viabiliza a continuidade e o aprimoramento do capital e suas determinações sobre o trabalho. Esse Estado, ao estar intimamente vinculado com a produção e reprodução do capital, garante, a partir de estratégias políticas e jurídicas, a dominação do capital sobre as demais forças, como é o caso do trabalho. Como recurso, o Estado legitima, por exemplo, a separação entre a propriedade e os produtores, relação mediada pelo trabalho estranhado. Na América Latina, com seu cenário de dependência estrutural, o Estado tem tão somente reproduzido a lógica da desigualdade, garantindo a manutenção da taxa de lucro ou criando estratégias para reversão quando o que se registra é a queda desta taxa.

Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente democrático e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível. (MÉSZÁROS, 2011, p. 96)

Mészáros desenvolve a concepção das formas de produção e reprodução sociais a partir de sistemas sociometabólicos por considerar as relações que o homem mantém com a natureza e com a própria humanidade, acarretando o caráter social da produção apresentado por Marx já em 1844, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*. É também nesta obra que o filósofo alemão indica que o ser, ao integrar a natureza (orgânica e inorgânica), busca satisfazer suas necessidades por meio do trabalho, visto como atividade produtiva.

Já no caso do capital, categoria tida como um conjunto de relações sociais em que o trabalho se objetiva de forma estranhada, com a produção cada vez mais coletiva e a apropriação cada vez mais privada, seu sociometabolismo apresenta-se com predominância sobre as outras esferas do tripé – trabalho e Estado. O domínio do capital sobre os meios de produção e as forças produtivas do trabalho, resultando na produção de mais-valia, caracteriza o que Marx define como subordinação real do trabalho ao capital.

Essa produção associada entre a estrutura econômica e as condicionantes que dão sentido à mesma no âmbito da política e da cultura conformam um todo caótico e articulado cenário

internacional assentado sobre um manifesto processo de reordenamento contínuo sobre o papel dos estados nacionais na vida cotidiana das economias centrais e periféricas. Nesse sentido, as políticas sociais, entendidas como políticas de estados com mais ou menos participação da luta social neste processo, explicitam a história das resistências e dos respectivos processos sobre a reforma e a revolução em cada contexto histórico situado. Mandel, em *O capitalismo tardio*, reforça que:

O relacionamento entre essas regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no interior dos estados capitalistas industrializados guarda mais do que uma semelhança formal com a relação entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos, pois sua função econômica é a mesma em ambos os casos. A diferença no nível de produtividade entre a agricultura e a indústria... gera intercâmbio desigual, ou uma transferência constante de valor das regiões subdesenvolvidas para as industrializadas do mesmo Estado capitalista. (MANDEL, 1982, p, 61)

Nesse sentido, as políticas sociais, inerentes ao metabolismo desigual engendrado pelo capital em diferentes, mas conectados territórios, gera um ambiente global cuja ameaça é tanto a da barbárie social, como a do esgotamento físico de determinados ambientes geográficos, naturais. Trata-se, portanto, do espaço que ainda se tem para a discussão necessária sobre o que fazer para superar dita ordem desumanamente agonizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não pretende esgotar tão ampla – e necessária – discussão, mas assume a responsabilidade de provocar reflexões para que a base material que fundamenta o sistema sociometabólico do capital seja pautada a partir não somente da teoria marxiana, mas de importantes vertentes que ampliam as possibilidades de compreensão do papel da esquerda em um processo de transição.

Ademais, reconhecer como o Estado moderno controla os antagonismos que caracterizam a sociedade e como ele garante a expansão do capital com ajustes e rearticulações do sistema produtivo é criar condições para o combate às atuais formas de produção e reprodução do capital.

Este texto evidencia, no caráter introdutório a que se pretende, a importante relação a ser estabelecida entre produção internacional do capital, apropriação privada capitalista e constituição, sempre em movimento, dos Estados que o representam. Nesse sentido, recobra centralidade à categoria trabalho, os movimentos em disputa sobre seus significados e cotidianos concretos e, não menos importante, o campo aberto que, centrado

na batalha das ideias, reforça o posicionamento do que assinalava Florestan Fernandes acerca da importância de uma teoria revolucionária não desvinculada de múltiplas ações revolucionárias (FERNANDES, 1973). Recuperar os clássicos marxistas do pensamento internacionalista e latino-americano torna-se tarefa urgente para os que acreditam ser necessário e possível um outro mundo, sem explorados nem oprimidos. E dar o tom, a essas leituras, a partir das exigências do nosso tempo torna-se tarefa coletiva da mais intensa produção intelectual que não foge do bom combate, mas entende, ontem e hoje, quem é o real inimigo principal da classe trabalhadora e suas diferentes expressões de (des)emprego no século XXI: o capital em suas diferentes expressões fenomênicas como proprietário privado dos meios de produção e acumulador violento sobre os corpos e mentes dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In. SOBRINHO, Barbosa Lima *et al.* *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Zahar, 1973.
- LUCE, Mathias Seibel. *Teoria marxista da dependência – problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélcio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. cap. 4, p. 281-422.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social*, 2. Trad. Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 1, p. 41-158.
- LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, livro I, vol 1*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, livro I, vol 1. cap VI (inédito). 1 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo do século XXI*. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho).

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OIT: quase dois terços da força de trabalho global estão na economia informal. Organização Internacional do Trabalho, 2 Mai. 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang-pt/index.htm. Acesso em: 10 Jun. 2019.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização – a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *Katálisis*, Florianópolis, v. 9 n. 2 jul./dez. 2006, p. 166-175.

SOUZA JUNIOR, Hormindo Pereira. Centralidade ontológica do trabalho como essência da educação e dos conhecimentos. In: MENEZES NETO, Antônio Júlio (Org.) et al. *Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci*. São Paulo: Xamã, 2009. v. 1, p. 129-138.

TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida - a dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.